

CIÊNCIAS INCLUSIVA: UMA POSSIBILIDADE E UMA REALIDADE NO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA-SP

Luiz Alfredo de Paula (1); Sibeles Schimidt de Paula (2).

⁽¹⁾Secretaria Municipal de Educação de Caraguatatuba/SP - ⁽¹⁾prof.luizdepaula@gmail.com;

⁽²⁾Secretaria de Educação do Estado de São Paulo - ⁽²⁾sibelesp@hotmail.com

RESUMO: As questões relacionadas às pessoas com deficiência aparecem na linha da história com duas extremidades distintas: a exclusão e a inclusão. Com o olhar voltado à inclusão, as discussões sobre a criação, a estrutura e o funcionamento de uma escola inclusiva vem ganhando força a cada ano, e para que a escola inclusiva aconteça muitos esforços são exigidos por parte da sociedade, do poder público e da família. A estrutura da Educação Inclusiva no município de Caraguatatuba/SP mostra que são oferecidos os suportes necessários para que os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) possam ter o acesso ao conhecimento e principalmente para que possam ter melhores oportunidades e qualidade de vida. Hoje, as 1266 crianças com NEE tem o suporte de 58 profissionais especializados, distribuídos em 30 escolas com Sala de Recursos Multifuncionais, 6 veículos adaptados, 5 motoristas e 10 monitores treinados. Os profissionais da sala de recursos trabalham não só com os alunos, mas também com aos professores de sala para o desenvolvimento ou adequação das atividades realizadas em sala de aula. Ainda como apoio aos professores, a Secretaria Municipal de Educação oferece, de maneira periódica, capacitações com o intuito de preparar os professores para os desafios de uma Escola Inclusiva. No ano de 2015 os 20 professores da área de ciências e 25 professores do programa de empreendedorismo participaram de capacitações que tiveram o objetivo de esclarecer o que é a inclusão e como desenvolver uma atividade inclusiva.

Palavras-chave: educação, formação, licenciatura, sala de recursos.

INTRODUÇÃO

Os momentos histórico-culturais no mundo estão ligados à história da atenção às pessoas com deficiência, conforme relata Kirk e Gallagher (1979), Mendes (1995) e Sassaki (1997) *apud* Miranda, (2003), estão separadas em quatro fases distintas: a primeira fase é dada pela negligência às pessoas com deficiência; a segunda fase caracteriza-se pela era da institucionalização entre os séculos XVIII e XIX; a terceira fase acontece no final do século XIX e meados do século XX onde a proposta é desenvolver escolas e classes especiais; e por final, começam os movimentos de integração social e integração aos ambientes escolares comuns às pessoas sem deficiência.

Segundo Mendes (1995) e Dechichi (2001) *apud* Miranda (2003),

“quando dirigimos o nosso olhar para a história da Educação Especial no Brasil, verificamos que a evolução do atendimento educacional especial irá ocorrer com características diferentes daquelas observadas nos países europeus e norte-americanos. Os quatro estágios identificados em tais países não parecem estar estampados na realidade brasileira”.

A história da inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil desenvolveu-se através de ações isoladas de educadores e pais, e só nos últimos anos contou com a participação efetiva das

próprias pessoas com deficiência. A concepção de atendimento escolar para os alunos com deficiência foi se definindo no transcorrer das fases pelas quais evoluíram os nossos serviços de Educação Especial (MANTOAM, 2005).

Dentro do contexto de uma escola inclusiva, a Constituição Federal promulgada em 1988 garantiu a educação inclusiva ao afirmar que o atendimento educacional às pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) deverá ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino (MUNGUBA, 2007). Conforme os estudos de Maciel (2000), o ápice da formatação da política de integração e educação inclusiva foi a Conferência Mundial de Educação Especial, que contou com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais, em assembleia geral, na cidade de Salamanca, na Espanha, em junho de 1994, que culminou com a “Declaração de Salamanca” (MACIEL, 2000). Em 1996, com a promulgação da lei 9.394, ficam estabelecidas as diretrizes e bases da Educação Nacional sobre a educação especial e a educação inclusiva (MUNGUBA, 2007).

Conforme o Brasil (2004), o olhar crítico para a história da humanidade revela, com muita clareza, que nenhuma sociedade se constitui bem sucedida, se não favorecer, em todas as áreas da convivência humana, o respeito à diversidade que a constitui. É fundamental para equidade e desenvolvimento da sociedade brasileira no contexto da inclusão social que:

[...] os educadores estejam, permanentemente, informados sobre os processos educacionais e necessidades especiais das pessoas com deficiência e das possibilidades das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Nessa perspectiva, a criação e aperfeiçoamento de tecnologias assistivas proporcionam à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, pois proporcionam a ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, facilitando o desenvolvimento de habilidades e de condições para seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

A definição de uma escola inclusiva é dada por Brasil (2004) como sendo aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Isso exige da escola uma organização que favoreça e respeite a individualidade de cada aluno, independente de sua deficiência, sexo, idade, etnia e condição social. É necessário que o Plano Político Pedagógico (PPP) contemple tais potencialidades e necessidades para que assim, possa oferecer ao aluno um ensino significativo, com responsabilidade pedagógica, e com a participação consciente e responsável de toda a comunidade escolar: gestores, professores, funcionários, familiares e demais membros da comunidade na qual cada aluno vive.

Nesta perspectiva, são necessárias transformações de ideias, de práticas pedagógicas, de características estruturais físicas, administrativas e de relações interpessoais para a construção de uma escola inclusiva. O papel do Professor Coordenador Pedagógico (PCP) e da Direção da escola que identifica, com o auxílio dos professores de sala, os alunos com problemas sérios no processo de ensino e aprendizagem, é encaminhar esses alunos a uma avaliação mais minuciosa, com especialistas, que possam orientar a escola a planejar as alterações e adaptações necessárias que favoreçam o desenvolvimento social e de aprendizagem do aluno.

A existência de alunos com NEE em todas as instituições de ensino requer o oferecimento de respostas de vários tipos suporte para que eles possam ter o acesso ao conhecimento, que segundo o Brasil (2004) seriam:

- Disponibilidade de professor ou instrutor da língua de sinais, para o ensino de alunos surdos.
- Disponibilidade de professor de braille para favorecer o ensino de alunos cegos.
- Disponibilidade de equipamentos e materiais especiais para o ensino de alunos cegos (reglete, sorobã, livro didático em braille, máquina de datilografia em braille, computador, softwares especializados para deficiência visual, tais como leitores de tela).
- Disponibilidade de equipamentos e materiais especiais para o ensino de alunos com baixa visão (lupa, livros didáticos com letras ampliadas, etc.).
- Disponibilidade de equipamento de informática e de softwares educacionais, para o ensino de alunos com dificuldade de comunicação oral.
- Disponibilidade de outros recursos didáticos para o ensino de alunos com dificuldade de comunicação oral (dicionários da língua brasileira de sinais - LBS e outros).
- Disponibilidade de equipamento de informática e de softwares educacionais para o ensino de alunos com dificuldades de aprendizagem.
- Disponibilidade de mobiliário adaptado para os alunos com dificuldades motoras.
- A escola que pretende ser inclusiva deve se planejar para gradativamente implementar as adequações necessárias, para garantir o acesso de alunos com NEE à aprendizagem e ao conhecimento. (MEC)

O conceito de NEE (Necessidades Educacionais Especiais) foi adotado e redefinido a partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), passando a abranger todas as crianças e jovens cujas necessidades envolvam deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Desse modo, passou a abranger as crianças em desvantagem como também as chamadas sobredotadas, bem como crianças

de rua ou em situação de risco, que trabalham, de populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional.

Hoje, o município de Caraguatatuba/SP conta com um setor de Educação Inclusiva, na Secretaria Municipal de Educação, com profissionais especializados em diversas áreas, que avaliam, orientam e acompanham os alunos com NEE matriculados nas unidades escolares municipais. Todas as Escolas Municipais de Ensino Fundamental contam com uma sala de recursos multifuncionais onde, há a presença de um profissional especializado para auxiliar os professores de sala no desenvolvimento, adaptações e adequações de atividades que são aplicadas em sala de aula, além de realizarem atendimentos individualizados aos alunos.

Em Caraguatatuba a Secretaria Municipal de Educação (SME) possui um programa de formação continuada específica dos professores nas diversas áreas do conhecimento e em algumas dessas formações, as questões de inclusão foram trabalhadas. É importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender as peculiaridades apresentadas pelos alunos (SANT'ANA, 2005). Ainda para a autora, a formação docente não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim, precisa abranger necessariamente programas de capacitação que sejam realizados de forma integrada e permanente.

No ano de 2015, dentro do programa de formação continuada, os professores da disciplina de Ciências e do programa Jovens Empreendedores tiveram uma formação sobre deficientes visuais e tiveram contato com os vários materiais disponíveis na rede municipal de ensino para atender este grupo especial de alunos (Figura 1).

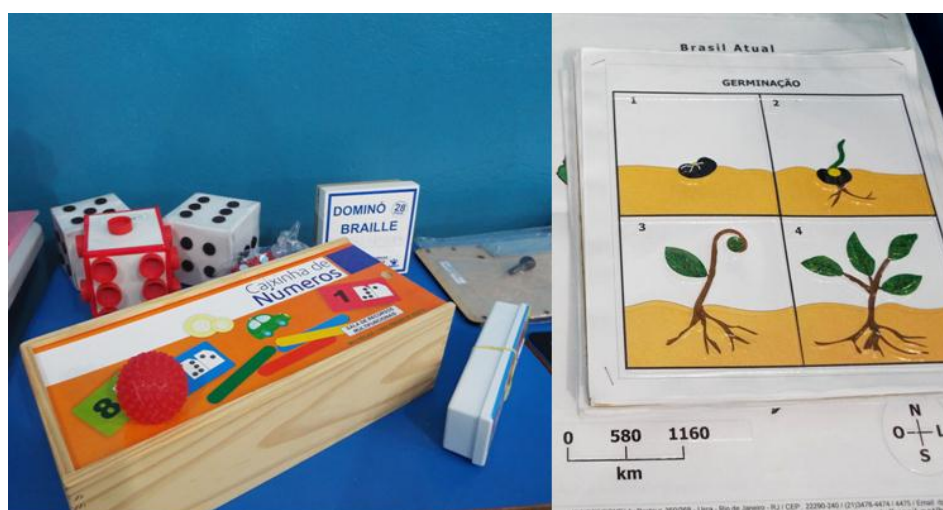


Figura 1: Exemplo de materiais para atender os alunos com deficiência visual. Foto: Sibele Schimidtt, 2015-.

Os professores também receberam orientações sobre como adequar ou adaptar as atividades para os alunos com deficiência visual e como trabalhar com esses alunos em sala de aula (Figura 2).



Figura 2: Orientação para a condução de pessoas com deficiência visual. Foto: Sibeleschmidt, 2015.

A capacitação foi ministrada por mim juntamente com a pedagoga e brailista Luciane Molina e a pedagoga da sala de recursos multifuncionais Juliane Ribeiro Almeida (Anexo 1). Neste momento, os professores puderam vivenciar diversas situações do deficiente visual bem como conhecer um pouco da legislação que ampara os alunos com NEE e os materiais disponíveis e possíveis de serem utilizados com os alunos (Figura 3).



Figura 3: Professores de ciências durante a formação sobre deficiência visual. Foto: Sibeleschmidt, 2015.

Voltado para as aulas de ciências, os profissionais da Educação Inclusiva que atuam nas salas de recurso já disponibilizaram, juntamente com os professores de ciências da rede municipal, uma série de atividades e materiais didáticos para serem utilizados durante as aulas e assim, atender os diversos casos de inclusão presentes nas escolas. Com a participação e orientação dos professores de ciências, materiais como jogo da memória, estrutura do planeta Terra e modelos celulares já foram desenvolvidos. Além desses materiais, a parceria com o MEC possibilita o recebimento de outros recursos inclusivos, como as lâminas de acetato (Thermoform) produzidas pelo Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, aos deficientes visuais matriculado no ensino comum (Figura 4).



Figura 4: Alguns materiais produzidos nas escolas ou disponibilizados pelo MEC. Foto: Sibele Schimidtt, 2015.

Diante da necessidade de tornar a escola cada vez mais num espaço inclusivo, o presente estudo objetivou mostrar situações aonde a “escola inclusiva” vem acontecendo e auxiliando muito os professores das diversas áreas, principalmente as ciências naturais, mesmo quando no cenário nacional diversas barreiras são encontradas como a aceitação, a formação docente por parte dos cursos de licenciatura e a disponibilidade de material adequado para atender as diversas necessidades de alunos e professores.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo foi o levantamento de dados referentes a estrutura da Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de Caraguatatuba, baseado em planilhas de balanço mensal dos setores de Transporte e da Educação Inclusiva da SME. Foram observados no setor de Educação Inclusiva o número de profissionais especializados envolvidos, número de alunos atendidos, quantidade de salas de recursos multifuncionais e, materiais desenvolvidos e disponibilizados na rede municipal de ensino. Já no setor de Transporte da SME, a estrutura física disponível (número de veículos adaptados envolvidos), a quantidade de profissionais (motoristas e monitores) e o número de crianças atendidas, fizeram parte deste levantamento.

Já em relação a formação continuada dos professores, foi feito o levantamento do número de professores que participaram e do registro fotográfico da atividade desenvolvida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em parceria com o MEC, foram implantadas 30 Salas de Recursos Multifuncionais em todas as Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), para o atendimento educacional especializado, com o objetivo de apoiar os professores das diversas áreas do conhecimento em suas atividades de sala de aula, e também objetiva ensinar técnicas e métodos especializados aos alunos da educação especial, conforme apresenta Brasil (2006) sobre a importância de estruturas reais e funcionais (Tabela 1).

Tabela 1: Relação da quantidade de profissionais que atuam na Educação Inclusiva da rede municipal de ensino de Caraguatatuba/SP em 2016.

Profissionais	Qtde
Diretor da Divisão de Educação Inclusiva	01
Coordenadores da Seção Técnica Especialista	06
Assistentes Sociais	06
Fonoaudiólogos	05
Psicólogos	06
Terapeutas Ocupacionais	05
Professores especialistas em atendimento educacional especializado	27
Professor Intérprete de LIBRAS	02

Outro setor da SME que faz parte da estrutura da Escola Inclusiva é o serviço de transporte adaptado para os alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida, no trajeto casa-escola ou casa-atendimento conforme apresentado na tabela 2.

Tabela 2: Relação da quantidade de alunos atendidos, de profissionais e da estrutura física do serviço de transporte adaptado da rede municipal de ensino de Caraguatatuba/SP em 2016.

Descrição	Qtde
Alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida atendidos	64
Veículo adaptado (micro ônibus)	01
Veículo adaptado (van)	06
Motoristas	05
Monitores	10

Essa estrutura confirma o que apresenta Brasil (2004) quando diz que vários tipos de suporte são necessários para possibilitar o acesso das crianças com NEE ao ensino comum e, reforça também os estudos de Sant'Ana (2005) que afirma ser importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender as peculiaridades apresentadas pelos alunos.

O objetivo principal da formação continuada ocorrida no ano de 2015, foi esclarecer os professores sobre as questões dos alunos com deficiência visual e os cuidados com a didática em sala de aula (Anexo 2) visto que, a formação docente não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim, precisa abranger necessariamente programas de capacitação que sejam realizados de forma integrada e permanente (SANT'ANA, 2005). O número de horas e de professores capacitados nessa formações estão descritos na tabela 3.

Tabela 3: Relação da quantidade de horas e de professores que foram capacitados em didática e pedagogia para alunos com baixa visão da rede municipal de ensino de Caraguatatuba/SP em 2015.

Descrição	Qtde
Professores da rede municipal capacitados	45
Horas de capacitação	08

No início do ano letivo de 2016 a rede municipal de ensino de Caraguatatuba contabilizava 1266 alunos com NEE, definidos conforme a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), matriculados no ensino comum e desses, 7 são alunos cegos.

CONCLUSÃO

Verifica-se que a Educação Inclusiva é um grande desafio e demanda além de estrutura física, das mudanças de paradigmas e das políticas educacionais que possam oferecer condições aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais de estudar em escolas regulares de ensino, procurando diminuir ou eliminar possíveis barreiras, descaracterizando a deficiência ou qualquer outra limitação como uma incapacidade para a aprendizagem e a socialização do indivíduo.

As formações e materiais desenvolvidos devem fazer parte não somente das aulas de ciências, mas sim, de todo o contexto educacional que norteiam a Escola Inclusiva.

Garantir o direito dos alunos com NEE o seu desenvolvimento pleno da cidadania através da ampliação de suas perspectivas de melhores oportunidades e qualidade de vida, é o grande desafio de uma Escola Inclusiva. Sabe-se que uma Inclusão Escolar efetiva demanda o envolvimento de familiares e comunidade escolar, além de políticas públicas que garantam aos alunos com NEE uma verdadeira e digna educação formal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Programa de Educação Inclusiva: direitos à diversidade**. Organização Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: 2004. v.3, 26 p.

BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo Perspec. Vol.14, n°2. São Paulo Abril/Junho 2000.

MANTOAM, Maria Teresa Eglér. **A hora da virada**. Revista da Educação Especial. Inclusão: Revista da Educação Especial. Ano 1, n° 1. Brasil, outubro de 2005.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e educação especial**. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental, Unimep, 2003.

MUNGUBA, Marilene Calderaro. **Inclusão Escolar**. In: CAVALCANTI, Alessandra.; GALVÃO, Cláudia. Terapia ocupacional: fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. P. 519-525, 2007.

SANT'ANA, Izabela Mendes. **Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores.** *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios políticos e práticas na área das necessidades educativas especiais:** aprovado por aclamação na cidade de Salamanca, em 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ANEXO 1



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Educação

PAUTA

Formação Continuada Ciências da Natureza e suas Tecnologias

10 de agosto de 2015

- Vídeo de abertura: As novas gerações tem poucas referências de autoridade – Prof. Mário Sérgio Cortela.
- Uma conversa com Luciane Molina.
- Falando sobre a sala de recursos Prof^a Juliane Ribeiro.
- Produzindo material didático inclusivo.
- Atividade: Vivenciando a atividade.
- Pauta aberta.
- Encerramento.



Imagem composta por um desenho de uma menina cega sendo ajudada por um menino.

Prof.Me. Luiz Alfredo de Paula
Apoio Pedagógico - Ciências

ANEXO 2

Vivenciando a atividade

